



## **Processo de Reassentamento em Palma: longe do direito à informação!**

Por: Palmira Velasco

As comunidades a serem reassentadas e as hospedeiras, do Distrito de Palma, Província de Cabo Delgado, em consequência da implementação do Projecto de Gás Natural Liquefeito continuam na incerteza, quanto ao seu futuro. Não sabem quando deixarão suas terras para os novos lugares e nem conhecem o Plano de Reassentamento, que se diz terem aprovado e assinado. Por outro lado, por instruções de quem de direito, os líderes das comunidades abrangidas restringem quaisquer contactos de indivíduos ou grupos de pessoas visitantes, com as comunidades locais. A Lei do Direito à Informação e o seu espírito, estimulando a transparência, ainda não "chegaram" a Palma...

### **Missão de Monitoria da Plataforma da Sociedade Civil sobre Indústria Extractiva**

Na última semana de Fevereiro passado, o Grupo de Coordenação da Plataforma da Sociedade Civil sobre os Recursos Naturais e a Indústria Extractiva realizou uma missão de monitoria ao distrito de Palma. Aqui, o grupo visitou as comunidades de Quitupo e Senga com o objectivo de saber qual o estágio actual do processo de reassentamento, bem como assegurar que este seja eficaz e não prejudique as comunidades. O processo da transferência das comunidades de Milamba e Quitupo para Senga é falado há cerca de cinco anos, quando em 2013, estas comunidades participaram nas primeiras consultas.

Foi na mesma altura que algumas organizações da sociedade civil, interessadas em acompanhar o processo de desenvolvimento comunitário, resultante do Projecto GNL, também envolveram-se com o intuito de dar seu contributo.

O grupo representando a Plataforma teve, primeiro, encontro com o Secretário Permanente do Distrito, para explicar a razão da sua missão.

Apesar de as estruturas administrativas do distrito terem tido conhecimento da missão, as comunidades não foram autorizadas a receber ninguém. O chefe da comunidade de Quitupo, por exemplo, exigiu uma credencial passada pelo Chefe do Posto que autorizasse a

entrada na aldeia para o encontro com a comunidade. Houve um impasse. Várias tentativas foram feitas para contactar, via telefónica, com o Chefe de Posto no sentido de se conseguir a autorização.

### **Comunidades sentem-se intimidadas**

Apesar das dificuldades impostas pelo chefe da comunidade, o encontro teve lugar. A comunidade não tinha sido convocada para o encontro com a Plataforma da Sociedade Civil, mas por curiosidade alguns membros da comunidade aproximaram-se para saber o propósito do encontro.

Alda Salomão foi a porta-voz da Plataforma e, em nome do grupo disse que a visita à aldeia era para que os moradores soubesse e conhecessem outros membros de outras organizações da sociedade civil que querem ajudar a comunidade a perceberem alguns aspectos relacionados com o processo de reassentamento que terá lugar em Palma.

Falando sobre o objectivo da visita, Alda Salomão disse que a presença da Plataforma era para conversar sobre os assuntos da vida da comunidade e saber como é que as organizações da Sociedade Civil podem prestar o seu apoio.

Seguiu-se a vez de a comunidade fazer suas perguntas. A primeira questão levantada foi sobre a divulgação da Lei do Direito à Informação, pois ela não está a ser disseminada nas comunidades. No entender dos cidadãos, o governo distrital não está interessado em divulgá-la.

Segundo José, membro da comunidade, quando os membros do governo vão à comunidade levam discursos contraditórios e diferentes do que está escrito na Lei do Direito à Informação. Ele acrescenta que a divulgação da lei não é prioridade para o governo distrital.

☒ Nós só obtivemos a lei através de activistas das ONG's. Sabemos que a lei foi aprovada pela Assembleia da República. Aqui em Quitupo quando nos falamos de algo que está fora da legislação nós não estamos dispostos a obedecer ☒, disse José.

O que acontece, prossegue José, é que cada um vem com seus interesses e cada grupo quer que a comunidade faça o que eles querem, sem observância da lei. Ele lembra ainda que na criação dos comités comunitários, alguns membros integrantes foram expulsos sem explicação.

João, outro membro da comunidade de Quitupo disse que a comunidade indicou pessoas que seriam elo de ligação entre a comunidade, empresa e ONG's mas passado algum tempo

os eleitos foram apontados como agitadores porque conseguem ler e interpretar o que as leis publicadas nos Boletins da República dizem.

João contou ainda que depois do senso levado a cabo aquando do início do Projecto a população questionou qual seria o passo seguinte. Esta, recebeu a orientação de que a vida continuava, mas chegada a altura das indemnizações fala-se de não pagamento de tudo o que foi construído ou feito após o censo.

☐ Na altura do censo há jovens que não eram casados, mas agora já constituíram famílias e criaram bens. Não se sabe se serão ou não indemnizados☐, João disse que em Quitupo a comunidade não está contra o reassentamento nem o desenvolvimento, mas simplesmente exige justiça e seus direitos.

☐ Nós exigimos um desenvolvimento que esteja de acordo com os princípios básicos estabelecidos. Ouvimos que o Plano de Reassentamento já foi aprovado, bem como discordam com os modelos de indemnização, mas a questão que colocamos é: Com quem foram discutidos e aprovados os planos porque a comunidade de Quitupo não foi envolvida? ☐ Questiona João.



A comunidade disse que no passado dia 15 de Fevereiro Quitupo reuniu com o Chefe do Posto - Sede que falou sobre o reassentamento. Na intervenção anunciou que voltaria à comunidade para fazer as medições dos espaços para efeitos de indemnização. Num acto intimidatório o Chefe do Posto deixou um recado claro à população: ☐ Quem reclamar indemnização de algo que estiver fora do perímetro calculado, será preso! ☐, Queixou-se a comunidade.

## **Comunidades pedem acesso à legislação relevante**

A comunidade ainda não tem informação sobre a concessão do DUAT dos sete (7) hectares ao Projecto de GNL e nem conhecimento do ponto de situação do Memorando de Entendimento entre a Comunidade, Governo e Empresa, sobre o processo de reassentamento.

O governo distrital confia nos 17 membros do comité comunitário, mas a maioria da comunidade pede aos membros da Plataforma que lhes municie de informação, sobretudo leis. A comunidade pede ainda que a Plataforma partilhe os relatórios dos encontros com o governo ou empresa.

No fim do encontro, Alda Salomão disse que o próximo passo é mobilizar mais organizações da sociedade civil para trabalharem com a comunidade de Quitupo para partilha de informação e das cópias das leis.

Salomão sugeriu que a comunidade criasse um comité que não seja do governo, da empresa ou da Plataforma. Entretanto, a recomendação deixada para a comunidade é de estar unida e vigilante, pois sem união, facilmente os membros podem não conseguir lograr sucessos no processo de luta pelos seus direitos.

☑O Plano de Reassentamento foi aprovado. Vocês irão, provavelmente, receber muito dinheiro. Não se distraiam com o dinheiro e esquecerem-se de vigiar as obras de construção das vossas casas ☑, alertou Higino Filimone do Conselho Cristão de Moçambique.

O encontro previamente marcado com o Governador Distrital de Palma, David Machimbucó, infelizmente não se realizou no dia previamente combinado. Não obstante o facto de o pedido ter sido feito com muita antecedência, na data e hora combinados a Plataforma não conseguiu audiência porque o administrador e o secretário permanente distrital estavam ambos ausentes dos seus Gabinetes.

Em contacto telefónico o administrador disse que não teve conhecimento do encontro e estava ausente da sede distrital e que só podia receber a plataforma no dia seguinte as 8 horas.

No entanto, no dia seguinte, Camilo Nhancale, porta-voz do grupo explicou que o objectivo era fazer o acompanhamento do processo de reassentamento das comunidades e preparar

espaço para que este seja feito de forma efectiva e positiva, em prol do desenvolvimento das comunidades.

A Plataforma soube que o Plano de reassentamento já estava num processo avançado, embora seja do desconhecimento das comunidades e do público.

☒ O Plano de Reassentamento foi aprovado, mas temos que preparar condições para almejarmos os objectivos traçados. Por isso a sociedade civil, o governo e as empresas precisam de trabalhar juntos para que o reassentamento das comunidades seja um sucesso e diferente dos outros que já tiveram lugar ☒ , disse Nhancale.

Nhancale disse ao Administrador que as organizações da sociedade civil precisam de preparar as comunidades para que estejam organizadas e preparadas para que o reassentamento seja um sucesso.

☒Precisamos de passar a mesma mensagem às comunidades porque se a informação não é harmonizada pode ser mal interpretada ou confundir as comunidades. Esta harmonização deve ser feita também com o envolvimento do governo, como dono do processo, das empresas e da sociedade civil☒, disse Nhancale.

Ele disse ainda haver um desafio a nível do governo distrital, de fazer fluir a informação. Citou como exemplo o facto de a Plataforma não ter sido recebida pelos líderes comunitários em Quitupo e Senga porque eles não tinham autorização e nem informação que receberiam visitas.

A essa questão o Administrador de Palma respondeu que quanto ao Plano de Reassentamento já foi resumido e é da responsabilidade do Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) divulgá-lo.

Segundo o Administrador, o Distrito aprovou o plano e enviou ao Governo Provincial de Cabo Delgado, em Novembro do ano passado. Em Dezembro o plano foi apresentado e rectificado e, depois foi apresentado ao Conselho Consultivo.

### **Restrições ao contacto das comunidades com o mundo exterior**

Relativamente ao acesso e diálogo aberto com as comunidades afectadas, o Administrador de Palma considerou que pode haver restrições, uma vez que, nas suas palavras, “há informação que é restrita. Há documentos que serão divulgados no Boletim da República para o conhecimento público☒, disse o Administrador, acrescentando que o governo distrital não tem um programa de divulgação do Plano de Reassentamento apenas divulgou a informação do processo.

David Machimbuco assegurou que a informação flui nas comunidades e a está em processo a criação da rádio comunitária que irá iniciar o seu funcionamento em breve. A rádio servirá para divulgar todas as informações que forem necessárias.

No final do encontro, a Plataforma da sociedade civil para a Indústria Extractiva reiterou ao governo distrital a necessidade de haver um trabalho tripartido entre governo, as empresas e sociedade civil.

A Plataforma sugeriu também ao governo distrital que indicasse um elemento que trabalhe como ponto focal cuja tarefa seria fornecer a informação às organizações e ao público relativa a alguns assuntos pertinentes do Projecto GNL.



### **O que diz a Anadarko**

A Anadarko, pela voz do seu porta-voz, Ivo Lourenço, explicou à Plataforma que o Plano de Reassentamento já tinha sido aprovado pelo governo, mas havia elementos que ainda devem ser acautelados, nomeadamente:

- A protecção de posse de terra por cada família reassentada, o processo de transição do projecto de reassentamento à administração pública da vila, elementos contractuais para o desenvolvimento e implementação da exploração do gás
- O processo dos DUATS

- O processo de Fundo para o Desenvolvimento Comunitário quer para as famílias reassentadas como para as hospedeiras
- A reposição da terra para agricultura
- Actualização dos processos do censo (cadastro económico)
- Assistência jurídica – legal no acto da assinatura dos contractos com as comunidades
- A providência de árvores de compensação das famílias (cada árvore abatida será compensada por duas árvores)

Ivo Lourenço disse ainda que a empresa tem tido encontros regulares com as comunidades para a revitalização dos comités comunitários nos quais o governo e a sociedade civil deverão fazer parte. No total serão cinco (5) comités em comunidades que serão reassentadas e as hospedeiras.

O porta-voz da Anadarko acrescentou que em breve a empresa vai trabalhar com as comunidades para a divulgação dos mecanismos de reclamação. Este mecanismo servirá para todos, quer para as comunidades, empresa e para o cidadão comum.

Neste momento está em montagem (apetrechamento) a rádio comunitária e seguir-se-á a capacitação dos voluntários. A rádio já tem o elenco seleccionado pelo governo. Este elenco terá a missão de divulgar informação sobre o processo de reassentamento.

Entretanto o porta-voz da Plataforma, no encontro com a Anadarko, fez menção que a sociedade civil participou e contribuiu aquando da elaboração do draft do Plano de Reassentamento, mas a versão final do documento não foi partilhado pelo governo para saber se foram acautelados alguns aspectos sugeridos.

☐A sociedade civil não tem conhecimento oficial que o Plano de Reassentamento já foi aprovado. Sendo este um dos actores importantes, tem todo o direito de saber o conteúdo do plano aprovado☐, disse Camilo Nhancale.

O porta-voz da Plataforma acrescentou que a sociedade civil gostaria que a empresa Anadarko acautelasse alguns aspectos, antes da implementação do plano, como por exemplo, saber o nível de envolvimento das comunidades na preparação dos acordos e outros aspectos.

Por sua vez a Anadarko disse ter tomado em conta as sugestões, pois, preparou um documento que apresentava a contribuição da sociedade civil em que as observações feitas, em tempos, foram incorporadas.

Ivo Lourenço assegurou que o Plano de Reassentamento está em lugares públicos e pode ser consultado. Acrescentou que é da responsabilidade do governo partilhar o documento com a sociedade civil.

Entretanto, sabe-se que a comunicação entre o governo, sobretudo do Distrito de Palma e a sociedade civil não é facilitada, razão pela qual desconhece-se o conteúdo do Plano de Reassentamento e muitos outros assuntos.